

Constituintes verdes debatem queimadas

BRASÍLIA — Com a presença de dois representantes do Conselho de Segurança Nacional (CSN), constituintes da Frente Verde e representantes de órgãos e entidades ligados à preservação do meio ambiente discutiram ontem, em Brasília, durante quatro horas, os problemas das queimadas no País. Não faltaram críticas ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e à política de incentivos fiscais na Amazônia, e alguns dos presentes manifestaram preocupação com a ameaça do Banco Mundial (Bird) de suspender os financiamentos a projetos no Brasil, inclusive na área de meio ambiente, por causa das denúncias de destruição da Amazônia feitas pela imprensa e por entidades internacionais.

O coronel Joaquim Carlos Freire e o comandante João Luiz Lemos Pinto, do CSN, não participaram dos debates, mas fizeram anotações durante todo o tempo. Segundo o coronel, o CSN acompanha há meses o problema do meio ambiente. Ele disse também que o governo deverá aprovar medidas a curto, médio e longo prazos com vista à nova política para o setor. Para ele, a interferência do CSN é fundamental, no momento, já que o problema "afeta toda a Nação".

No que diz respeito à ameaça do Banco Mundial, ele declarou que não há nada de concreto nesse sentido, tanto que técnicos brasileiros viajarão para Washington na segunda-feira, a fim de apre-

sentar ao Bird o programa de proteção ao meio ambiente e às comunidades indígenas, que envolverá a aplicação de US\$ 8 milhões.

CRÍTICAS

Também na reunião, o técnico Alberto Setzer, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), apresentou o quadro de queimadas levantado pela instituição no ano passado na Amazônia: elas atingiram 20 milhões de hectares. Ele acredita que neste ano a situação permanecerá igual ou pior, com base no acompanhamento que vem sendo feito pelo Inpe.

Já o presidente do IBDF, Antônio José Guimarães, falou sobre as limitações da entidade e criticou a legislação que permite o desmatamento de 50% dos imóveis rurais. Disse, ainda, que a falta de ordenamento na ocupação da Amazônia causou distorções, com a realização de projetos pecuários em áreas impróprias.

O secretário do Meio Ambiente de Rondônia, Francisco Araújo, e a deputada Beth Azize (PMDB/AM), por sua vez, criticaram o IBDF. Ela defende a extinção do instituto e o acusou de permitir a exportação ilegal de toras de madeira retiradas da hidrelétrica de Samuel, em Rondônia. O secretário queixou-se de que seu estado vem sendo "bode expiatório" de todo o processo de devastação da Amazônia e afirmou que Rondônia não recebe apoio do IBDF.